



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

**CONTRATO N.º 16/2015**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE E A EMPRESA INVIACRE SEGURANÇA LTDA EIRELI – EPP, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ARMADA, NOS TERMOS DO EDITAL DO PREGÃO N.º 01/2015, PROCESSO N.º 1.10.000.001001/2014-83.**

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF**, através da Procuradoria da República no Acre – PR/AC, situada na alameda Ministro Miguel Ferrante, s/n, Portal da Amazônia, Rio Branco/AC, CEP 69915-632, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.989.715/0006-17, representada neste ato pelo seu Secretário Estadual, Sr. **PAULO MACHADO CORRÊA**, brasileiro, casado, servidor público federal, portador da Carteira e Identidade n.º 4036547869 e CPF n.º 550.762.700-20, residente e domiciliado na alameda Araras, 325, Chácara Ipê, Rio Branco/AC, CEP 69917-546, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n.º 591, de 20 de novembro de 2008, do Procurador-Geral da República, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **INVIACRE SEGURANÇA LTDA EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.134.755/0001-28, estabelecida na rua Djalma Dutra, n.º 1301, Bairro: 25 de Agosto, Cruzeiro do Sul, Acre, CEP: 69.980-000, neste ato representada por seu sócio proprietário, **JOAZ SOARES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado por regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Maringá/PR, portador da Carteira de Identidade n.º 332.607, expedida pela SESP/RO e do CPF n.º 219.740.552-72, residente e domiciliado na rua Djalma Dutra, n.º 1301, Bairro: 25 de Agosto, Cruzeiro do Sul, Acre, CEP: 69.980-000, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o contido no Processo n.º 1.10.000.0010001/2014-83, referente ao Pregão n.º 05/2014, considerando as disposições estabelecidas na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, do Decreto n.º 2.271, de 07/07/1997, Decreto n.º 5.450, de 31/05/2005, Decreto n.º 6.204, de 05/09/2007, Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013, na Instrução Normativa n.º 02, de 30/04/2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (IN SLTI/MPOG 02/2008), e n.º 02, de 11/10/2010, da SLTI/MPOG, na Portaria SLTI/MPOG n.º 49, de 25/04/2014 (e suas atualizações), Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, e, ainda, as disposições contidas na Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, atualizada, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente contrato de prestação continuada de serviços de vigilância nas dependências da PR/AC, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 21 do Contrato 16/2015

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviços continuados de vigilância armada diurna e noturna, compreendendo, além do fornecimento dos postos de serviço, os armamentos, equipamentos, Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e ferramentas necessários à execução desses serviços, em regime de empreitada por preço global, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, para atender às necessidades da nova Sede da Procuradoria da República no Acre (PR/AC), localizada na alameda Ministro Miguel Ferrante, s/n, Portal da Amazônia, Rio Branco/AC, CEP 69915-632.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – a execução do objeto ora contratado obedecerá ao estipulado neste CONTRATO, bem como às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados, constantes do Processo n.º 1.10.000.001001/2014-83, e que independentemente de transcrição fazem parte integrante e complementar deste CONTRATO, no que não o contrarie:

- Edital e Anexos do Pregão n.º 01/2015;
- Proposta firmada pela CONTRATADA em 21/01/2015, e dirigida à CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O objeto será executado na forma indireta, no regime de empreitada por preço global, sendo os serviços seguintes:

| Item | Especificação dos Postos                      | Tipo de jornada | Turno   | Quantidade de postos |
|------|---|-----------------|---------|----------------------|
| 1    | Vigilância armada diurna, segunda a domingo.  | 12 x 36 h       | Diurno  | 2                    |
| 2    | Vigilância armada noturna, segunda a domingo. | 12 x 36 h       | Noturno | 2                    |
| 3    | Vigilância armada, segunda a sexta-feira      | 44 h semanais   | Diurno  | 3                    |

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os horários de trabalho e eventuais trocas de turnos, se necessários, serão definidos pela Administração da CONTRATANTE e poderão ser alterados de acordo com os horários mais convenientes ao serviço, de acordo com os normativos legais de regência, e deverão ser cumpridos pela CONTRATADA com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral.

1. A execução dos serviços nos postos 12 x 36 (diurno e noturno) será ininterrupta.
2. Para os postos 44 horas semanais, será realizado rodízio para o intervalo intrajornada dos vigilantes, não sendo necessária reposição de trabalhadores neste período.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A efetiva contratação dos postos poderá ocorrer de forma parcelada, uma vez que a contratação visa atender à nova Sede da Procuradoria da República no Acre, cuja obra encontra-se em fase final de execução, com entrega prevista para ocorrer entre o final do exercício de 2014 e início do ano de 2015, não sendo possível precisar o contingente de vigilantes que será necessário para dar início às atividades no novo



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 3 do Contrato 36 /2015

prédio, durante o decurso do prazo entre o entrega provisória e o recebimento definitivo da edificação (em até 90 dias da entrega provisória).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os vigilantes deverão possuir as seguintes qualificações:

- a) certificado de Curso de formação profissionalizante básica, expedido por instituição devidamente habilitada e reconhecida;
- b) ensino fundamental completo;
- c) apresentar atestado de bons antecedentes civil e criminal.
- d) outros documentos de exigência legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA deverá:

- 1. obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 2. zelar pela economia dos materiais e de energia elétrica durante a prestação dos serviços, observando as normas de sustentabilidade da CONTRATANTE;
- 3. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n.º 6 do MTE;
- 4. elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 5. elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 6. assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Antes do início da prestação dos serviços, a CONTRATANTE promoverá orientação e ambientação dos trabalhadores às políticas de responsabilidade socioambiental por ela adotadas, o que deverá ocorrer periodicamente e sempre que houver mudança de pessoal alocado nos postos de serviço durante toda a vigência do contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA deverá manter tais condições durante toda a execução do contrato, sob pena de rescisão contratual.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

Pelos serviços executados, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 4 do Contrato 16/2015

mensal de R\$ 37.280,00 (trinta e sete mil e duzentos e oitenta reais), totalizando o valor global, 20 (vinte) meses, de R\$ 745.600,00 (setecentos e quarenta e cinco mil e seiscentos reais), referente à prestação dos serviços de vigilância armada, em conformidade com os valores propostos pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O valor a ser pago, por tipo de posto, é o abaixo identificado:

| Item                    | Especificação dos Postos                     | Tipo de jornada | Turno   | Quant. de postos | VALOR          |
|-------------------------|--|-----------------|---------|------------------|----------------|
| 1                       | Vigilância armada diurna, segunda a domingo  | 12 x 36 h       | Diurno  | 2                | R\$ 11.445,00  |
| 2                       | Vigilância armada noturna, segunda a domingo | 12 x 36 h       | Noturno | 2                | R\$ 16.240,00  |
| 3                       | Vigilância armada, segunda a sexta-feira     | 44 h semanais   | Diurno  | 3                | R\$ 9.595,00   |
| Valor mensal            |  |                 |         |                  | R\$ 37.280,00  |
| VALOR GLOBAL (20 meses) |  |                 |         |                  | R\$ 745.600,00 |

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Nos preços ofertados pela CONTRATADA estão inclusos tributos, seguros, embalagem, transporte e demais despesas incidentes sobre o objeto desta licitação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer custos adicionais.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A contratada deverá apresentar Fatura/Nota Fiscal de Serviços devidamente discriminada para fins de pagamento dos serviços prestados. O pagamento do objeto desta licitação será efetuado mediante depósito em conta-corrente, através de ordem bancária, até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento definitivo dos serviços prestados. O pagamento somente será efetuado mediante atesto da Administração da CONTRATANTE, comprovação de regularidade fiscal na forma definida no PARÁGRAFO SEXTO desta CLÁUSULA e desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Na ocasião da entrega da nota fiscal, a CONTRATADA deverá comprovar a condição de optante pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), mediante a apresentação da cópia do Termo de Opção de que trata a IN da SRF (Secretaria da Receita Federal) n.º 480, de 15 de dezembro 2004. As pessoas jurídicas não-optantes pelo SIMPLES e aquelas que ainda não formalizaram a opção deverão discriminar os tributos/contribuições a serem retidos, conforme a referida Instrução Normativa, e sofrerão a retenção destes tributos/contribuições por esta Procuradoria da República no Acre, no momento do pagamento, conforme disposto no artigo 64, da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 5 do Contrato 16 /2015

regulamentado pela IN 480 – SRF, de 15 de dezembro de 2004. A retenção incidirá sobre o valor total a ser pago, conforme Tabela de Retenção da supracitada Instrução Normativa.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A CONTRATADA deverá comprovar, a qualquer tempo, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débito, que se encontra em dia com suas obrigações para com o Sistema de Seguridade Social (CND), bem como com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, sob pena de não pagamento dos serviços prestados e de rescisão contratual, em atendimento ao disposto no § 3º, do artigo 195, da Constituição Federal, artigos 55, inciso VIII, e 78, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, e art. 2º da Lei 9.012/95, como também da comprovação de regularidade junto às Fazendas Federal (Divida Ativa da União), Estadual e Municipal.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – O descumprimento de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste CONTRATO por parte da CONTRATADA poderá ensejar a suspensão do pagamento, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis, nos termos do presente CONTRATO e da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade por inadimplemento, até que o total de seus créditos possa compensar seus débitos.

**PARÁGRAFO NONO** – Ocorrerá a retenção, desconto ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando A CONTRATADA:

I – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

II – deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

III – não atender o acordo de nível de serviço (ANS) na forma estabelecida do instrumento convocatório.

**PARÁGRAFO DEZ** – Os valores a serem pagos à CONTRATADA não ultrapassarão o limite previsto neste CONTRATO, e serão iguais ou inferiores ao limites estabelecidos em ato normativo da SLTI/MPOG, sendo considerados, para efeito do pagamento, os serviços efetiva e comprovadamente prestados.

**PARÁGRAFO ONZE** – Por razões de ordem legal e orçamentária que regem as atividades da Administração Pública, os serviços deverão ser faturados sempre no mesmo exercício em que ocorrerem, não sendo aceitos quaisquer faturamentos em exercícios seguintes.

**PARÁGRAFO DOZE** – Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 6 do Contrato 16 /2015

a) O atraso no pagamento decorrente das circunstâncias descritas no *caput* deste parágrafo não autoriza a CONTRATADA a suspender a execução do CONTRATO, se houver qualquer pendência ainda por fazer.

**PARÁGRAFO TREZE** – Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção da Contribuição Social, a título de “*Retenção para a Seguridade Social*”, conforme IN/MPS/SRP N.º 03, de 14/07/2005, ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, em complementação e/ou substituição à mencionada norma.

a) A inexistência do destaque de que trata o *caput* deste parágrafo não impede a retenção por parte da CONTRATANTE;

b) Será retida quando do pagamento da fatura ou nota fiscal, nos termos da IN/MPS/SRP N.º 03, de 14/07/2005, a importância correspondente a 11% (onze por cento) do valor bruto da fatura ou nota fiscal, deduzidos da base de cálculo, no que couber, o disposto no artigo 78 da mencionada norma, a ser recolhida pela CONTRATANTE ao INSS.

**PARÁGRAFO QUATORZE** – Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá também destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “*ISS a ser recolhido por substituição tributária*”, conforme Decreto n.º 25.508/2005, ou outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, em complementação e/ou substituição à mencionada norma.

a) A inexistência do destaque de que trata o *caput* deste parágrafo não impede a retenção por parte da CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO QUINZE** – A partir do segundo mês da prestação dos serviços, os pagamentos somente serão efetuados após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do parágrafo 4º do artigo 31 da Lei n.º 9.032, de 28 de abril de 1995.

**PARÁGRAFO DEZESSEIS** – A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE relatórios que comprovem a concessão dos direitos de alimentação e transporte aos profissionais, nos quais deverão constar nome e matrícula do empregado, data da entrega, mês de competência, e ainda assinatura do empregado atestando o recebimento dos mesmos, cuja comprovação deverá ocorrer em até 10 (dez) dias após o mês de sua concessão, sob pena de não atesto da fatura ou nota fiscal para pagamento.

**PARÁGRAFO DEZESSETE** – De acordo com a necessidade da CONTRATANTE, serão autorizados serviços extraordinários, mediante comunicação prévia e por escrito por parte do CONTRATANTE.

a) Os serviços extraordinários deverão ser faturados em separado, com base nas horas efetivamente trabalhadas, apuradas mediante assinatura de ponto. A fatura ou nota fiscal deverá ser acompanhada da Folha de Pagamento e dos comprovantes de recolhimento do INSS e do FGTS.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 7 do Contrato 16/2015

**PARÁGRAFO DEZOITO** – Os custos diretos e indiretos necessários à prestação dos serviços correrão às custas da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO DEZENOVE** - O pagamento de cada parcela quando houver reajustamento de preços, por motivo de alteração do valor contratado, far-se-á por meio de dois tipos de fatura: uma normal, correspondente ao valor original, e outra complementar, referente ao adicional.

**PARÁGRAFO VINTE** – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

**EM = I x N x VP**, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

**CLÁUSULA QUINTA – DO INÍCIO DOS SERVIÇOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços, inclusive quanto a disponibilidade dos recursos materiais e humanos necessários, após o 5º dia útil contados da expedição da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da CONTRATADA, e aceita pela Administração.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE obriga-se a:

a) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 8 do Contrato 16 /2015

c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

d) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

e) Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

f) Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

g) Permitir o livre acesso aos empregados da CONTRATADA, designados para comporem o posto de serviço, às dependências onde serão prestados os serviços contratados;

g) Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

h) Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

h1) exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, como nos casos de serviços de recepção e apoio ao usuário;

h2) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na CONTRATADA;

h3) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

h4) considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA deverá observar fielmente suas obrigações sob pena de aplicação de penalidade.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA obriga-se as condições elencadas no instrumento convocatório, no Termo de Referência do serviço, e as estabelecidas abaixo:

a) A CONTRATADA instalará escritório em Rio Branco/AC, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da vigência do contrato.

b) O pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 0 do Contrato 16/2015

c) A CONTRADA autoriza a Contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

d) Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere a alínea anterior, pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS;

e) A CONTRADA deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;

f) A CONTRATADA deverá viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

g) A CONTRADA a contratada deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento sempre que solicitado pela fiscalização.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

1) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

2) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

3) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

c) entrega, quando solicitado pela Administração, de quaisquer dos seguintes documentos:

1) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 10 do Contrato Nº /2015

2) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;

3) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

4) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

5) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

d) entrega da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

1) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

2) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

3) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

4) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

e) Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados deverão ser apresentados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada.

**CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente CONTRATO correrão, no presente exercício, à conta da Categoria Econômica 3.0.0.0.00 - Despesas Correntes; 3.3.0.0.00 - Outras Despesas Correntes; 3.3.90.00 - Aplicações Diretas; 3.3.90.37 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, do Programa/Atividade 03062058142640001, constante do Orçamento Geral da União vigente, e no próximo exercício, à conta de dotação orçamentária prevista para atender despesas de mesma natureza.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Para cobertura da despesa foi emitida Nota de Empenho Global de n.º 2015NE000165, de 29 de abril de 2015, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 11 do Contrato 16/2015

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência por 20 (vinte) meses, de 12 / 05 / 2015 a 11 / 01 / 2017, com eficácia a partir da publicação a que se refere o art. 61, § Único, da Lei n.º 8.666/1993, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, quando comprovadamente vantajoso para a Administração, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- I – Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- II – A Administração mantenha interesse na realização dos serviços;
- III – O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- IV – A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A prestação dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor público designado para esse fim. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor designado serão solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Como condição de prorrogação, o valor do contrato deverá ser igual ou inferior aos limites estabelecidos em ato normativo da SLTI/MPOG.

**CLÁUSULA DEZ – DA REPACTUAÇÃO**

O **CONTRATO** poderá ser repactuado, nos termos do art. 37 a 41-B da IN SLTI/MPOG 02/2008, visando a adequação aos novos preços praticados no mercado, observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir, conforme estabelece o art. 5º do Decreto n.º 2.271, de 1997.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no caput, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito do contratado, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei;

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais do segmento de vigilância em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 12 do Contrato 16/2015

**CLÁUSULA ONZE – DA GARANTIA**

A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos:

a) a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do órgão contratante, contado da assinatura deste CONTRATO, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, podendo optar dentre as modalidades caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária;

b) a garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

1) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

2) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

3) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

4) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;

c) a modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens da alínea “b”;

d) a garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

e) a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

f) o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n.º 8.666, de 1993;

g) a garantia será considerada extinta com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato, podendo ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 13 do Contrato 16/2015

**CLÁUSULA DOZE – DAS PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Garantida a prévia defesa, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA inadimplente as seguintes penalidades, nos termos dos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e do art. 7º da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002:

- a) de conformidade com o artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, atualizada, o atraso injustificado na execução do objeto deste CONTRATO sujeitará a CONTRATADA, a juízo da CONTRATANTE, à multa de até 10% (dez por cento) do valor do CONTRATO, até 30 dias de mora. Após este prazo serão cobrados juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;
- b) conforme o artigo 88 da Lei n.º 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do CONTRATO:
  - b.1 - advertência;
  - b.2 - multa de até 10% (dez por cento) do valor deste CONTRATO;
  - b.3 - suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
  - b.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que lhe aplicou a pena.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A formalização da aplicação das penalidades descritas nas letras “b.3” e “b.4” da alínea b) desta cláusula determina a necessária publicação no Diário Oficial da União.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o CONTRATO e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Contra a aplicação das penas definidas nas letras “b.1”, “b.2” e “b.3” do *caput* desta cláusula, caberá recurso a ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação do ato e dirigido ao Procurador-Chefe. O recurso deverá ser entregue à Coordenadoria de Administração da CONTRATANTE, que terá 5 (cinco) dias úteis para instruí-lo com o relatório das próprias razões. Antes e nesse mesmo prazo, a Coordenadoria poderá reconsiderar e prover o pedido.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Declarada a falta de idoneidade prevista na letra “b.4” do *caput* desta cláusula, poderá a licitante solicitar *reconsideração* ao Procurador-Geral da República, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato, que seguirá o mesmo rito do parágrafo anterior, podendo ainda ser promovida a *reabilitação* perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra “b.3”.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 14 do Contrato 16/2015

**PARÁGRAFO SEXTO** – Nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, a CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada do SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste CONTRATO e das demais penalidades legais, se:

- a) não retirar a nota de empenho, no prazo do edital.
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- d) retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- e) não mantiver a proposta;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) deixar de assinar o Contrato.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – caracteriza-se como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002.

**CLÁUSULA TREZE – DO RECURSO**

É admissível recurso aos atos da CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data respectiva ciência, conforme o art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA QUATORZE – DA RESCISÃO**

A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste CONTRATO, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do CONTRATANTE declarar rescindido o CONTRATO, nos termos desta cláusula e/ou aplicar as multas previstas na CLÁUSULA SÉTIMA.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O CONTRATO poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, e em especial:

- a) atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução dos contratados;
- b) paralisação da prestação dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação à Administração;
- c) subcontratação total ou parcial do objeto deste CONTRATO, fora dos limites permitidos neste instrumento, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução do seu objeto;
- d) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 15 do Contrato 16/2015

acompanhar e fiscalizar a execução deste CONTRATO, assim como a de seus superiores;

- e) cometimento reiterado de faltas na execução do CONTRATO;
- f) decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- g) dissolução da empresa;
- h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da Administração, prejudiquem a execução deste CONTRATO;
- i) protesto de títulos ou a emissão de cheques sem a suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- j) razões de relevante interesse e amplo conhecimento público;
- k) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste CONTRATO.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Quando da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Até que a contratada comprove o disposto no parágrafo anterior, o órgão ou entidade contratante deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

**CLÁUSULA QUINZE – DA ALTERAÇÃO**

Este CONTRATO poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na ocorrência de qualquer dos fatos estipulados no art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no parágrafo primeiro do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

**CLÁUSULA DEZESSEIS – DO ADITAMENTO**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o estabelecido no artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As supressões citadas no parágrafo anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no artigo 65, § 2º, inciso II da Lei n.º 8.666/93, com redação dada pela Lei n.º 9.648/98.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 36 do Contrato 16/2015

**CLÁUSULA DEZESSETE – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, às quais se obriga a saldar na época devida.

**CLÁUSULA DEZOITO – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A recusa do profissional da CONTRATADA no atendimento às convocações para o trabalho, tanto durante o expediente, quanto em horário extraordinário, constituirá, exceto quando devidamente justificado perante a chefia ou seu substituto, omissão do dever funcional e, como tal, será registrada em relatório, com vistas à adoção das medidas cabíveis, como desconto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Não serão permitidos atrasos ou saídas antecipadas, salvo em razão de fatos devidamente comunicados e justificados perante a Administração.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Serão registradas pela Administração todas as ocorrências que se fizerem necessárias, relativas ao andamento dos serviços.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A folha de ponto, que ficará em uma das dependências da Procuradoria da República no Acre, deverá ser assinada diariamente pelos empregados da CONTRATADA designados para execução do objeto do presente contrato, ficando encarregada a CONTRATADA de confirmar a exatidão dos registros, horários de entrada e saída, sob pena de responder pelas horas pagas indevidamente pela CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A Procuradoria da República no Acre reserva a si o direito de alterar o horário dos serviços, de acordo com a sua conveniência e a qualquer tempo, durante a vigência do contrato, respeitado o limite de horas diárias de trabalho determinadas neste CONTRATO.

**CLÁUSULA DEZENOVE – DA VALIDADE**

Este contrato somente terá validade depois de aprovado pelo Sr. PAULO MACHADO CORRÊA, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria n.º 591, de 20/11/2008, do Sr. Procurador-Chefe da PR/AC, e publicado seu extrato no Diário Oficial da União, conforme dispõe o artigo 20 do Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Incumbirá à CONTRATANTE, à sua conta e no prazo estipulado no art. 20 do Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000, a publicação do extrato deste contrato e dos eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

Fl. 17 do Contrato 16/2015

**CLÁUSULA VINTE – DA PUBLICAÇÃO**

Em conformidade com o disposto no § único do art. 61 da Lei 8.666/93, o presente **CONTRATO** será publicado no Diário Oficial da União, na forma de Extrato.

**CLÁUSULA VINTE E UM – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Rio Branco para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente oriundas do cumprimento das obrigações aqui estabelecidas.

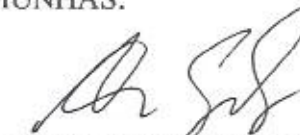
E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente **CONTRATO**, lavrado em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes com as testemunhas abaixo.

Rio Branco, 12 de maio de 2015

  
**PAULO MACHADO CORRÊA**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE  
CONTRATANTE

  
**JOAZ SOARES DE OLIVEIRA**  
INVIACRE SEGURANÇA LTDA EIRELI – EPP  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

  
**ALAN DA SILVA SANTOS**  
CPF: 776.003.982-49

  
**EVANDRO OLIVEIRA DA SILVA**  
CPF: 308.652.392-15

Aprovo. Em 12/5/2015.

  
**VITOR HUGO CALDEIRA TEODORO**  
Procurador-Chefe da PR/AC



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE**

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 16/2015**

**TERCEIRO TERMO ADITIVO DO  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELE-  
BRAM A PROCURADORIA DA RE-  
PÚBLICA NO ACRE – PR/AC E A  
EMPRESA INVIACRE SEGURAN-  
ÇA LTDA. EIRELI – EPP, PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VI-  
GILÂNCIA ARMADA NA PROCU-  
RADORIA DA REPÚBLICA NO  
ACRE.**

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF/Procuradoria da República no Acre – PR/AC**, situada na alameda Ministro Miguel Ferrante, 340, Portal da Amazônia, Rio Branco/AC, CEP 69915-632, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.989.715/0006-17, representada neste ato pelo seu Secretário Estadual, Sr. **PAULO MACHADO CORRÊA**, brasileiro, casado, servidor público federal, portador da Carteira e Identidade n.º 4036547869 e CPF n.º 550.762.700-20, residente e domiciliado na alameda Araras, 325, Chácara Ipê, Rio Branco/AC, CEP 69917-546, no uso da competência que lhe foi atribuída pela no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria SG/MPF n.º 382, de 5 de maio de 2015, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa **INVIACRE SEGURANÇA LTDA EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.134.755/0001-28, estabelecida na rua Djalma Dutra, n.º 1301, Bairro: 25 de Agosto, Cruzeiro do Sul, Acre, CEP: 69.980-000, neste ato representada por seu sócio proprietário, **JOAZ SOARES DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado por regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Maringá/PR, portador da Carteira de Identidade n.º 332.607, expedida pela SESP/RO e do CPF n.º 219.740.552-72, residente e domiciliado na rua Djalma Dutra, n.º 1301, Bairro: 25 de Agosto, Cruzeiro do Sul, Acre, CEP: 69.980-000, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o contido no Processo n.º 1.10.000.000372/2017-91, firmam o presente Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 16/2015, com vistas à alteração qualitativa da avença (mudança do local de execução), com fulcro no inciso I, do art. 58 c/c alínea “b”, inciso II, do art. 65 da Lei 8.666/93 c/c Cláusula Quinze do Contrato original, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração qualitativa do contrato n.º 16/2015, para remanejamento de 01 (um) posto de vigilância armada, em regime de 44 horas semanais, da PR/AC, sediada em Rio Branco, para a PRM em Cruzeiro do Sul, no interesse da Administração, com alteração da Cláusula Primeira do Contrato original.



**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

A PR/AC deverá encaminhar extrato deste Termo Aditivo para ser publicado no Diário Oficial da União até o 5º(quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante disposição contida no parágrafo Único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.


E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que são assinadas pelo representante da CONTRATANTE e da CONTRATADA, na presença de duas testemunhas, para que produza os devidos fins e efeitos legais.


Rio Branco – AC, 09 de agosto de 2017.

  
**PAULO MACHADO CORRÊA**  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE  
CONTRATANTE

  
**JOAZ SOARES DE OLIVEIRA**  
INVIACRE SEGURANÇA LTDA EIRELLI – EPP  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

  
**GILVAN GOMES PEREIRA**  
CPF 577.639.764-20

  
**JORGE DE SOUZA PACHECO**  
CPF 196.265.172-04

Aprovo em 30.08.2017.

  
**Fernando José Pinzenski**  
Procurador-Chefe Substituto  
  
**VITOR HUGO CALDEIRA TEODORO**  
Procurador-Chefe